

Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização

Palavras Chave: Teoria da Localização / Pólos de Crescimento /
Distritos Industriais / Ativos Relacionais / Externalidades

Luiz Ricardo Mattos Teixeira Cavalcante

Doutorando em Administração (Universidade Federal da Bahia – UFBA), Mestre em Administração (UFBA), Pós-Graduado em Engenharia Química e Processos Petroquímicos (Sogesta S.p.A. – Itália) e Engenheiro Químico (UFBA). Gerente Estudos e Assessoria da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) e Professor de Administração Financeira, Análise de Crédito e Finanças Internacionais em cursos de Pós-Graduação.

Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Escola de Administração
Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA)
Av. Reitor Miguel Calmon s/n Vale do Canela
40.110-100 Salvador (BA) Brasil
Tel.: (55 71) 358-6296 / (55 71) 340-2107
E-mail: ricardo@desenbahia.ba.gov.br

Resumo

O presente trabalho apresenta uma proposta de sistematização da produção teórica em economia regional e áreas afins. Procurou-se identificar e sistematizar teorias voltadas para a discussão de espaços territorialmente contíguos inseridos em espaços nacionais sobre os quais há possibilidades concretas de intervenção e de levantamento de informações individualizadas. Propõe-se a sistematização da produção teórica na área em três grandes blocos: o conjunto de teorias clássicas da localização, as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração e a produção recente na qual se observam esforços para a incorporação de modelos e abordagens que possam dar conta dos novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível e dos movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica.

Abstract

The aim of this paper is to present a systematization proposal of the theoretical production on regional economics and related areas. The theoretical production identified and systematized is the one that emphasizes territorially continuous spaces inserted in national spaces about which there are clear possibilities of intervention and individual data recovery. Three main blocks are proposed in order to systematize the theoretical production on regional economics: The classic theories of location, the development theories that emphasize agglomeration factors and the recent production on regional economics where new models and approaches are proposed to take account of the new production patterns based on flexible and integrated automation and of the trade liberation and economic deregulation.

1. Introdução

A formulação de uma proposta de sistematização da produção teórica em economia regional requer, antes de mais nada, que se enfrente o desafio metodológico relativo à definição do próprio objeto de análise deste ramo da ciência econômica, uma vez que não há uma definição universalmente aceita de “região”. São várias as definições existentes e dificilmente haverá um consenso a respeito, uma vez que o conceito empregado dependerá, em grande medida, do enfoque proposto sobre o objeto¹. Desta forma, se o conceito de região for simplesmente o de espaços territorialmente delimitados, “A Riqueza das Nações” de Smith poderia ser incluído entre a produção teórica de economia regional, uma vez que nações não deixam de ser agrupamentos humanos geralmente fixados num território².

À parte o problema colocado pela delimitação do objeto de estudo e pela definição do conceito de região, observa-se que a retomada do interesse pelas questões associadas à economia regional no período recente tem contribuído para um crescente esforço de formalização de modelos pré-existentes e de incorporação de novos conceitos, provenientes da econometria, da organização industrial, da nova economia institucional e de uma série de outras áreas do conhecimento. A recuperação do interesse pelo tema tem sido usualmente atribuída à emergência de novos padrões de produção flexível e aos movimentos de integração regional que, ao ampliarem a mobilidade internacional de fatores, têm incentivado comparações entre economia internacional e economia inter-regional³.

A dificuldade na delimitação do objeto de estudo da economia regional e a ausência de um tratamento sistematizado das diversas abordagens possíveis sobre o tema representam, sem dúvida, um obstáculo às pesquisas que procuram estabelecer relações de causalidade entre o desenvolvimento de regiões subnacionais e ações específicas de intervenção. É sobre esta constatação que se apóia o presente trabalho, cujo objetivo é propor uma sistematização das principais correntes de pensamento orientadas para o tema. O propósito desta sistematização é mais ambicioso do que o relato das diversas visões sobre o tema. Na verdade, buscam-se elementos conceituais que possam desenvolver a capacidade crítica de interpretação da realidade atual e das ações e políticas que poderiam ser adotadas com o propósito de promover o desenvolvimento econômico de regiões determinadas.

Desde logo é importante ressaltar, em que pese a controvérsia sobre o conceito de região, que se optou por identificar e sistematizar a produção teórica voltada para a discussão de espaços territorialmente contíguos inseridos em espaços nacionais sobre os quais há possibilidades concretas de intervenção e de levantamento de informações individualizadas. Na prática, esta opção não apenas exclui uma parte da produção sobre desenvolvimento regional que enfatiza

¹ A polêmica a respeito do conceito de região teria levado Higgins (1969, apud Ferreira, 1989) a afirmar que “poucos esforços em toda a história dos empreendimentos científicos mostraram ser tão estéreos como a tentativa de encontrar uma definição universal aceitável de região. O fracasso reflete o simples fato de que nenhum conceito de região pode satisfazer, ao mesmo tempo, a geógrafos, cientistas políticos, economistas, antropólogos etc”.

² Seguindo esta linha de pensamento, numa publicação intitulada “*Economie Régionale et Urbaine*”, Aydalot (1985, apud Rolim, 1999, p. 4) considera que a questão regional era “intensamente discutida por Smith, Petty e Cantillon”.

³ Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 2) explicitam a questão da unificação européia e “o esforço para entender como esta profunda integração irá funcionar através da comparação da economia internacional dentro da Europa com a economia inter-regional dentro dos Estados Unidos” (op. cit., p. 2, tradução livre).

o desenvolvimento de nações⁴ como também tende a direcionar a abordagem para espaços que, embora dispondo de reduzida margem de manobra em políticas de caráter tipicamente nacional (como as políticas monetária, cambial e tarifária), contam com instrumentos concretos para implementação de políticas de desenvolvimento regional cujos efeitos podem ser mensurados de forma objetiva⁵. É claro que esta proposta – apresentada na Seção 2 deste trabalho e em seguida detalhada nas Seções 3, 4 e 5 – é apenas uma entre as várias possibilidades de sistematização da produção teórica na área. No entanto, não apenas pela sua razoável identificação com outras propostas, mas, sobretudo, por oferecer a possibilidade de contextualizar as diversas influências exercidas, a sistematização aqui proposta pode se prestar à formulação de políticas de desenvolvimento regional que levem em conta a evolução do pensamento na área e os fatores conjunturais, conforme discutido na Seção 6 deste documento, onde são também apresentadas suas principais conclusões.

2. A Sistematização Proposta

Parece ser razoavelmente consensual que, ao menos até a incorporação dos impactos da terceira revolução industrial na produção teórica em economia regional, duas grandes correntes de pensamento sobre o tema podiam ser identificadas:

- O conjunto de teorias clássicas da localização que evoluiu de forma mais ou menos contínua da publicação de *“Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landschaft und Nationalökonomie”*⁶ (von Thünen, 1926⁷) à publicação de *“Location and Space Economy”*⁸ (Isard, 1956);
- O conjunto de teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração de inspiração marshalliana e keynesiana que floresceram a partir da década de 1950 e cujas principais referências que enfatizaram de alguma forma o desenvolvimento de espaços subnacionais são *“Note sur la notion de pôle de croissance”*⁹ (Perroux, 1955), *“Economic Theory and Under-Developed Regions”*¹⁰ (Myrdal, 1957) e *“The Strategy of Economic Development”*¹¹ (Hirschman, 1958).

A partir da década de 1950, essas teorias passaram a inspirar políticas públicas de desenvolvimento regional e estudos analíticos objetivando aferir os seus graus de adequação à realidade. Com o passar do tempo, começaram a ser observados esforços para a incorporação de modelos e abordagens que pudessem dar conta dos novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível e dos movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica. Parece ser justamente neste momento que a produção teórica em economia regional assume um caráter mais interdisciplinar e os textos passam a incluir uma quantidade cada vez maior de referências, dificultando a tarefa de se estabelecer um fluxo contínuo na

⁴ Este enfoque levou ainda a que se optasse pela exclusão dos modelos de crescimento regional que resultam da transposição de modelos agregados em nível macro para o contexto regional, que deverão ser objeto de um trabalho posterior.

⁵ A definição aqui proposta coaduna-se não apenas com o conceito operacional de região proposto por Markusen (1987, apud Rolim, 1999, p. 2) como também com a crítica apresentada por Cano (1985, p. 23) à aplicação direta dos pressupostos da escola da Cepal “à problemática inter-regional de uma nação”.

⁶ *“O Estado Isolado em Relação à Economia Regional e Nacional”* ou, simplesmente, *“O Estado Isolado”*.

⁷ Para permitir uma visão cronológica das publicações em economia regional, optou-se por fazer referência às datas correspondentes à primeira edição de cada uma delas.

⁸ *“Localização e Economia Espacial”*.

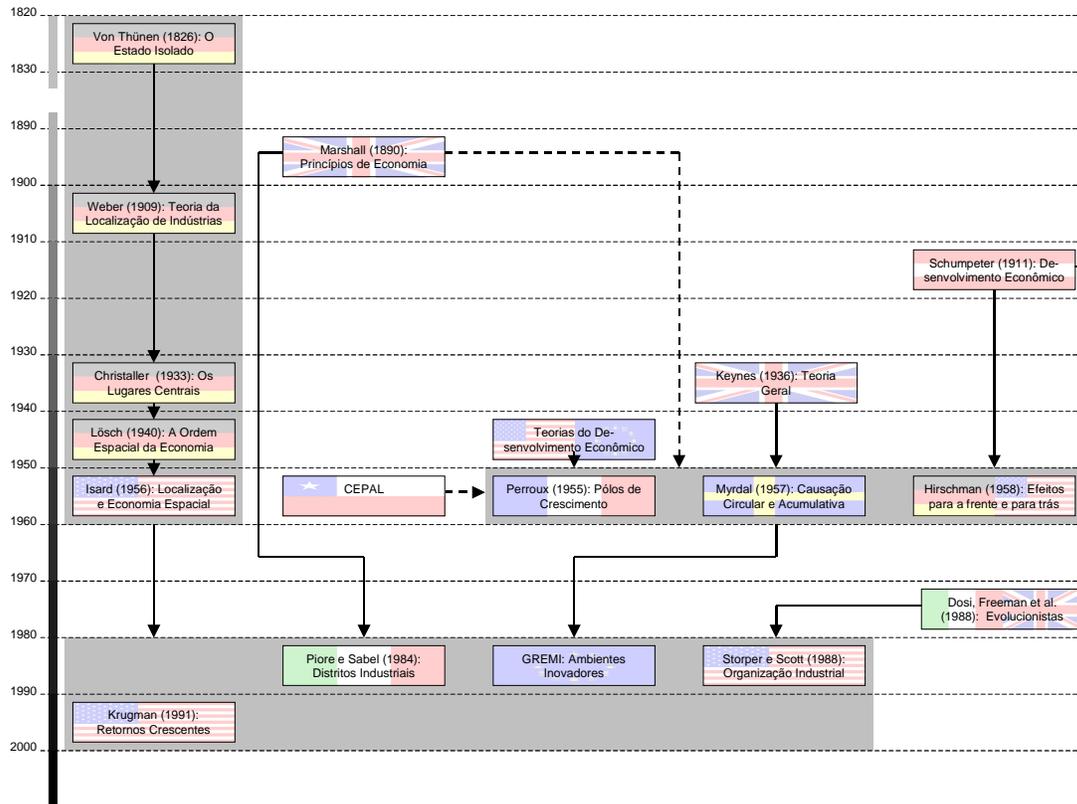
⁹ *“O Conceito de Pólo de Desenvolvimento”*.

¹⁰ *“Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas”*.

¹¹ *“A Estratégia do Desenvolvimento Econômico”*.

evolução do pensamento. Em que pese esta dificuldade, a Figura 1 propõe um diagrama esquemático que procura identificar as principais correntes de pensamento sobre o tema até a época presente:

Figura 1: Principais Teorias em Economia Regional



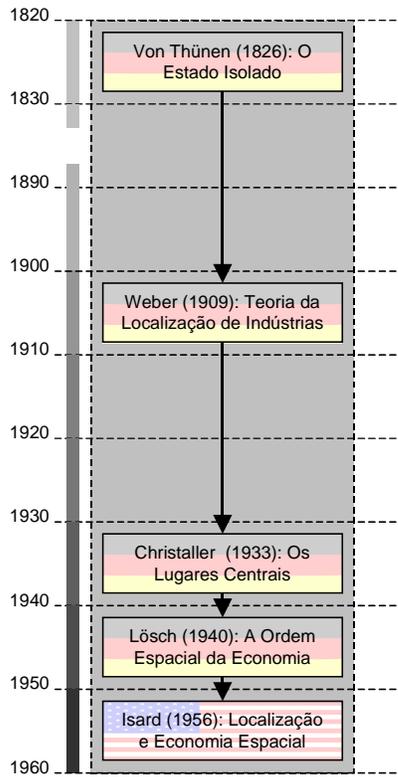
Fonte: Elaboração própria.

No diagrama apresentado, procura-se apontar os três grandes conjuntos de teorias e suas principais influências, indicadas por setas. Alguns autores e correntes teóricas que não tinham como foco central de sua análise a economia regional, mas que terminaram exercendo influências consideradas relevantes nos conjuntos de teorias indicados, foram incluídos e relacionados às correntes teóricas através de setas contínuas (quando se julgou que a influência era direta e explícita) ou tracejadas (quando se julgou que, embora perceptível, a influência era indireta ou apenas implícita). Além disso, procurou-se dispor a produção teórica em ordem cronológica, tomando-se como base o ano da publicação do trabalho considerado de referência para o tema aqui em questão. Nas três próximas seções deste trabalho, procura-se discutir cada um dos conjuntos de teorias indicados, apresentando-se, também, uma síntese do pensamento de seus principais autores.

3. Teorias Clássicas da Localização

O que aqui se define como “teorias clássicas da localização” é um conjunto de trabalhos que evoluiu de forma mais ou menos seqüenciada de von Thünen a Isard, conforme mostrado na Figura 2 a seguir, que corresponde a um *zoom* da região referente às teorias clássicas da localização mostrada na Figura 1:

Figura 2: Teorias Clássicas da Localização



Fonte: Elaboração própria.

Este conjunto de trabalhos é por vezes chamado de “teorias neoclássicas da localização”, “ortodoxias teóricas”¹², “geometria germânica”¹³ ou simplesmente “eixo de teoria da localização”¹⁴. Pela sua predominância de autores alemães, costuma-se empregar também a expressão “escola alemã”, embora nas teorias clássicas da localização aqui discutidas tenha sido incluído o trabalho do economista norte-americano Walter Isard. Optou-se por intitulá-las genericamente de “teorias clássicas da localização” em função da visível influência do conceito de “livre mercado” empregado em suas formulações, mas evitou-se qualificá-las de “teorias neoclássicas”, uma vez que von Thünen, por exemplo, foi contemporâneo de David Ricardo e, portanto, anterior à produção que se convencionou chamar de “neoclássica”¹⁵. “Clássicos” ou “neoclássicos”, os autores incluídos nesta seção procuram enfatizar, de uma forma geral, as decisões do ponto de vista da firma que, levando em conta o papel dos custos de transporte, procura determinar a sua “localização ótima”. As externalidades decorrentes da aglomeração de atividades numa região determinada são, de uma forma geral, desprezadas. Além disso, ao admitirem estruturas de mercado pulverizadas, estas terminam não conseguindo lidar com o *trade-off* entre ganhos de escala (que tenderiam a concentrar espacialmente as atividades de produção) e custos de transporte (que tenderiam a dispersá-las), conforme se verá nas subseções seguintes, onde são discutidas as visões de seus principais autores.

¹² Cruz (2000, p. 55).

¹³ A expressão, adotada por Krugman (1998, p. 38), refere-se ao grupo de autores aqui mencionados na “teoria clássica da localização” exceto von Thünen. A tradição da “geometria germânica” mencionada por Krugman (1998, p. 38) inicia-se, desta forma, com Weber.

¹⁴ Rolim (1999).

¹⁵ Diniz e Gonçalves (2000, p. 1) atribuem a Weber a “Teoria Clássica da Localização” e a Isard a “Teoria Neoclássica da Localização”.

3.1. O Estado Isolado de von Thünen¹⁶

Em 1826 o proprietário de terras alemão Johann Heinrich von Thünen (1780-1850)¹⁷ publicou o primeiro volume do livro “*O Estado Isolado*”¹⁸ que viria mais tarde ser reconhecido como o primeiro tratamento sério dado à questão espacial na economia. Pelo pioneirismo e elegância do seu modelo, von Thünen tornou-se o “patrono dos geógrafos econômicos e dos economistas espaciais”¹⁹, o “pai fundador da economia espacial”²⁰ e “referência quase obrigatória nos primeiros livros-texto de economia regional e urbana”²¹.

Trata-se de um modelo que, através de uma formulação matemática elegante, procura determinar o ponto de maximização da renda da terra em diferentes localizações em condições de mercado levando em consideração os custos de transporte. O modelo procura mostrar que, fixadas as demais condições (inclusive de produtividade), no entorno de uma cidade onde estaria concentrado o mercado, a terra seria usada para plantar o produto com maiores custos de transporte. Na medida em que houvesse um afastamento da cidade, a terra seria usada para produtos cujos custos de transporte fossem menores, resultando em círculos concêntricos em torno da cidade dedicados ao plantio de produtos com custos de transporte inversamente proporcionais à sua distância da cidade. Percebe-se que, na construção do seu modelo, von Thünen assume um conjunto de premissas que pode ser sistematizado da seguinte maneira²²:

- Custos de produção uniformes decorrentes da hipótese de homogeneidade das condições naturais e tecnológicas;
- Fatores de produção (exceto a terra) perfeitamente móveis e divisíveis, o que significa assumir rendimentos constantes;
- Comercialização dos produtos agrícolas limitados a um mercado consumidor puntiforme correspondente a uma cidade localizada no centro de um estado isolado de forma circular;
- Uniformidade da rede de transporte em todo o espaço geográfico;
- Custos de transporte proporcionais à distância do mercado central e constantes no tempo.

As conclusões obtidas por von Thünen podem ser facilmente explicadas através de um modelo matemático simplificado conforme demonstrado a seguir²³:

Assumindo que a renda da terra pode ser obtida através da Equação 1 abaixo:

¹⁶ Numa publicação intitulada “*Economic Theory in Retrospect*”, Mark Blaug (apud Krugman, 1998, p. 37) assinala que Carl Wilhelm Friedrich Launhardt (1832-1918), embora tendo nascido após a publicação de “*O Estado Isolado*”, teria sido não apenas o verdadeiro autor de boa parte daquilo que se atribui a von Thünen como também teria antecipado muito daquilo que mais tarde seria apresentado por Alfred Weber. No presente trabalho, entretanto, optou-se, assim como o fez Krugman (1998, p. 37), por utilizar referências aos nomes através dos quais as teorias vieram a tornar-se conhecidas.

¹⁷ De acordo com Silva (1976, p. 2), von Thünen era fazendeiro em uma região próxima a Rostock (Mecklenburg).

¹⁸ Trata-se, a rigor, o primeiro de três volumes da obra com o mesmo título, tendo sido os dois volumes seguintes publicados em 1850 e 1867, respectivamente. (*History of Economic Thought Website*, 2001). A tradução em inglês publicada em 1966 é intitulada “*von Thünen’s Isolated State*”. Não há registro de tradução em língua portuguesa da obra de von Thünen.

¹⁹ Silva (1976, p. 2).

²⁰ “*Founding god of spatial economics*”, numa expressão atribuída a Samuelson por Bröker (s.d.).

²¹ Cruz (2000, p. 55).

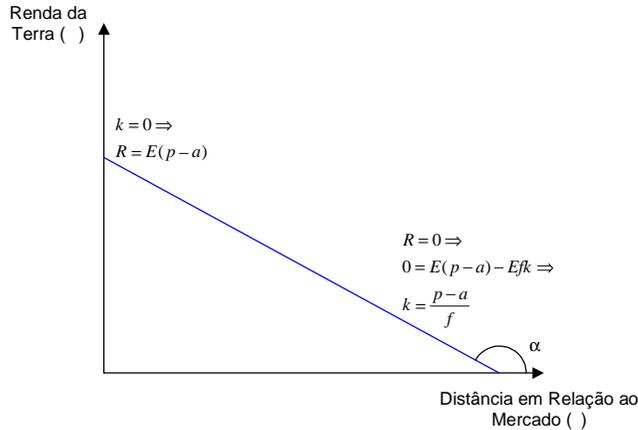
²² Ver, a este respeito, Silva (1976, p. 2).

²³ A discussão subsequente sobre o modelo formalizado de von Thünen foi extraída, com algumas adaptações, de Ferreira (1989, p. 128 – 141).

$$R = E(p - a) - Efk \tag{Eq. 1}$$

Onde R é a renda da terra (\$ por unidade de área), E é a produtividade (unidade de quantidade de produto por unidade de área), p é preço de mercado (\$ por unidade de produto), a é custo de produção (\$ por unidade de quantidade de produto), k é a distância em relação ao mercado (unidade de distância) e f é o custo de transporte (unidade de produto por unidade de área por unidade de distância). Usando agora a Equação 1, é possível observar graficamente a relação entre a renda da terra e sua distância em relação ao mercado (Figura 3):

Figura 3: Gradiente de Renda da Terra



Fonte: Ferreira (1989, p. 129), adaptada pelo autor.

Pode-se perceber que o coeficiente angular da reta indicada na Figura 3 é dado por $-Ef$ ²⁴. Pode-se agora traçar, num mesmo gráfico, retas referentes a dois produtos que apresentem diferentes parâmetros de produtividade, preço, custo de produção e custo de transporte. Sob determinadas condições²⁵, a renda da terra para estes produtos em função da distância em relação ao mercado corresponderia àquela indicada na Figura 4 a seguir:

²⁴ Rigorosamente, a inclinação é dada pela tangente do ângulo α indicado na Figura 2. O sinal negativo justifica-se por se tratar de um ângulo compreendido entre 90° e 180° , dado o comportamento decrescente da renda da terra em função de sua distância em relação ao mercado.

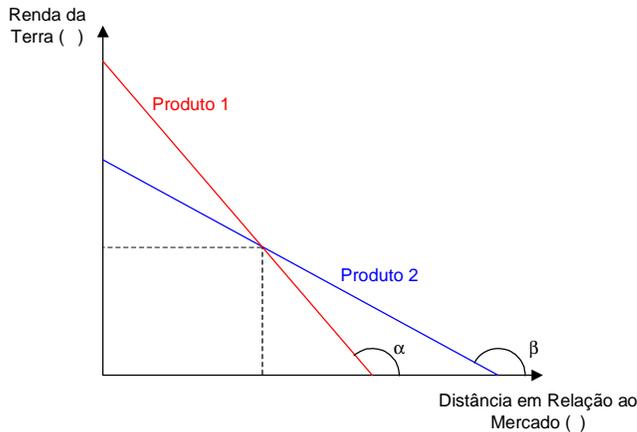
²⁵ As condições são aquelas que impõem que as curvas para os dois produtos interceptem-se para $k > 0$ (caso contrário seria sempre desvantajoso produzir um dos produtos independentemente de sua distância em relação ao mercado). Conforme indicado em Ferreira (1989, p. 135), estas condições são as seguintes:

$$E_1(p_1 - a_1) > E_2(p_2 - a_2)$$

$$\frac{p_1 - a_1}{f_1} < \frac{p_2 - a_2}{f_2} > 0$$

$$-E_1f_1 < -E_2f_2$$

Figura 4: Gradiente de Renda da Terra para Dois Produtos



Fonte: Ferreira (1989, p. 129), adaptada pelo autor.

É fácil perceber que no exemplo mencionado haveria uma opção pela produção do Produto 1 até uma distância k' em relação ao mercado, uma vez que a renda da terra R_1 gerada por ele superaria a renda da terra R_2 gerada pelo Produto 2. A partir de k' , entretanto, a situação se inverteria, indicando a formação de “cinturões” agrícolas em torno da cidade onde estaria concentrado o mercado.

Embora suas conclusões possam parecer hoje em dia bastante óbvias tendo em vista as premissas estabelecidas, o modelo de von Thünen demonstrou formalmente que, mesmo admitindo-se condições homogêneas no território, a produção agrícola não seria uniformemente distribuída em função dos diferentes custos de transporte assumidos. Entretanto, a despeito dos seus méritos, o modelo de von Thünen apóia-se em um conjunto de premissas dificilmente encontradas no mundo real; além disso, trata-se de um modelo estático no qual a tecnologia não desempenha um papel relevante.

3.2.A Teoria da Localização Industrial de Weber

Em 1909, portanto mais de 80 anos após a publicação de “*O Estado Isolado*”, o economista alemão Alfred Weber (1868-1958)²⁶ publicou o seu “*Über den Standort der Industrien*”²⁷ que, usando uma formulação de caráter neoclássico, admite que a decisão quanto à localização de atividades industriais decorreria da ponderação de três fatores: o custo de transporte, o custo da mão-de-obra e um “fator local” decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração²⁸.

Com relação aos custos de transporte, Weber (1909) postula que as indústrias tendem a instalar-se onde os custos de transporte de matérias-primas e produtos finais sejam mínimos. Essencialmente, assumem-se como dados a localização dos mercados consumidores (considerados perfeitamente elásticos), das fontes de matéria-prima (considerada infinitamente elástica a um preço dado) e da mão-de-obra (considerada também infinitamente elástica a uma taxa de salários dada) e os custos de transporte associados tanto à matéria-prima como ao produto final e procura-se determinar a localização “ótima” para a atividade.

²⁶ De acordo com *History of Economic Thought Website* (2001), Alfred Weber era irmão de Max Weber.

²⁷ “Sobre a Localização de Indústrias” ou “Teoria da Localização de Indústrias”, publicado em inglês com o título de “*Theory of the Location of Industries*”.

²⁸ Ferreira (1989, p. 78).

Silva (1976, p. 4) e Ferreira (1989, p. 80) destacam que Weber (1909) classifica as matérias-primas em dois tipos básicos: ubiqüidades, isto é, disponíveis em qualquer parte e não exercendo nenhuma influência na localização de atividades econômicas, e localizadas, isto é, aquelas disponíveis apenas em pontos determinados do espaço. As matérias-primas localizadas, por sua vez, podem ter o seu peso integralmente incorporado ao produto final ou perder peso após o processo de transformação. Havendo apenas um ponto no qual esteja disponível a matéria-prima, a localização seria definida assim em função dos custos de transporte: sendo o custo de transporte da matéria-prima superior ao custo de transporte do produto final, a atividade estaria localizada o mais próximo possível da fonte de matéria-prima; caso contrário, a atividade tenderia a localizar-se o mais próximo possível do mercado. O problema assume contornos de geometria plana e mecânica vetorial quando se usam, por exemplo, duas matérias-primas M_1 e M_2 , disponíveis apenas em dois pontos distintos do espaço, e um centro de consumo C localizado num terceiro ponto distinto das fontes de M_1 e M_2 . Neste caso, conhecidos todos os parâmetros necessários, demonstra-se que há um ponto P no espaço que corresponderia à localização “ótima” para a atividade²⁹.

Ao assumir que a mão-de-obra não teria mobilidade espacial, Weber pondera que variações regionais no seu custo exercem também influência na decisão quanto à localização das empresas. Mantendo o caráter neoclássico da formulação, Weber admite que se os menores custos de mão-de-obra compensarem os maiores custos de transporte, as indústrias tenderão a localizar-se nas regiões onde aquele custo for inferior.

É comum que os comentários sobre o trabalho de Weber enfatizem a papel que os custos de transporte e de mão-de-obra desempenham na decisão quanto à localização de atividades industriais. Entretanto, Weber considera ainda, conforme apontam Ferreira (1989, p. 102 e seguintes) e Diniz (2000, p. 5) fatores de aglomeração e desaglomeração, embora assumindo que estes fatores não poderiam ser tratados de forma tão objetiva quanto os dois primeiros, uma vez que estariam fortemente associados a características próprias de cada setor, entre as quais a sua intensidade em mão-de-obra. Em que pese o fato do tratamento dado por Weber à aglomeração³⁰ ter sido objeto de várias críticas, não há como negar o pioneirismo de sua formulação, ainda que por vezes limitada pelos pressupostos intrínsecos à análise de caráter neoclássico adotada pelo autor. A sua incapacidade de lidar com os ganhos crescentes de escala (uma vez que a formulação apóia-se no pressuposto de concorrência pura e perfeita) levou Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 26) a afirmar secamente, no capítulo dedicado à discussão dos antecedentes da ciência regional, que a produção teórica de Weber e seus seguidores³¹ “*plays no role in our discussion*”.

3.3. Os Lugares Centrais de Christaller

Em 1933 o geógrafo alemão Walter Christaller (1893 – 1969) dá continuidade à produção teórica da escola clássica da localização ao publicar “*Die zentrale Orte in Süddeutschland*”³². Essencialmente, Christaller (1933) procura compreender “as leis que determinam o número, tamanhos e distribuição das cidades”³³, entendidas como “lugares centrais” que distribuiriam

²⁹ A rigor, esta demonstração foi feita por Georg Pick no apêndice matemático da obra Weber, conforme assinala Ferreira (1989, p. 81).

³⁰ Ver, por exemplo, Ferreira (1989, p. 105).

³¹ É preciso aqui um certo cuidado pois, na visão destes autores, Christaller e Lössch não seriam seguidores diretos de Weber e a crítica feita não é, portanto, dirigida a estes dois autores.

³² “Os lugares centrais no sul da Alemanha”. Não há registro de tradução em português deste livro, que apenas em 1966 foi publicado em língua inglesa com o título “*Central Places in southern Germany*”.

³³ Silva (1976, p. 9).

bens e serviços para a região no seu entorno. Ao analisar a distribuição espacial das cidades no sul da Alemanha, Christaller pode constatar que elas eram aproximadamente equidistantes entre si. Ao tentar explicar os arranjos espaciais observados, Christaller define então o conceito de limiar³⁴ (nível mínimo de demanda que asseguraria a produção de um determinado bem ou serviço), a partir do qual se passa a obter rendimentos crescentes. Ao definir o alcance de um bem ou serviço³⁵, isto é, “a maior distância que a população dispersa se dispõe a percorrer objetivando adquirir um bem ou utilizar um serviço”³⁶, Christaller pode então estabelecer uma espécie de hierarquia entre cidades, uma vez que quanto maiores o limiar e o alcance de um bem ou serviço menor será o número de cidades aptas a oferecê-lo. Em resumo, Christaller admite que a produção de bens e serviços nas cidades resultaria de “uma escala de produção que alcança um ótimo representado por uma demanda dividida num espaço homogêneo”³⁷. Ao aplicar seu método, Christaller conclui que haveria uma tendência à formação de arranjos hexagonais para a distribuição das cidades numa determinada região.

Adotando uma metodologia similar àquela utilizada por Christaller, o economista alemão Auguste Lösch (1906 – 1945) publicou, em 1940, “*Die räumliche Ordnung der Wirtschaft*”³⁸, onde propõe uma hierarquia entre as áreas de mercado. De acordo com Böventer (1963, apud Silva, 1976, p. 11), “enquanto Christaller partia da cidade de nível hierárquico máximo para logo passar aos bens com áreas de mercado menores, Lösch começa pelas áreas menores e induz sucessivamente áreas de mercado maiores. Assim sendo, no sistema de Lösch obtém-se um número maior de redes, cujos hexágonos giram com respeito à posição do hexágono de tamanho mínimo”.

Embora a teoria dos lugares centrais venha servindo de inspiração para uma série de trabalhos recentes que procuram empregar modernas ferramentas de processamento de dados – como redes neurais, por exemplo – à compreensão do arranjo espacial das cidades, os pressupostos básicos empregados por von Thünen e Weber são igualmente utilizados tanto por Christaller como por Lösch. Conforme destaca Cruz (2000, p. 56), “a idéia descritiva predominante nesta teoria é a de que as cidades centrais constituem nódulos de uma grande rede de cidades e uma ‘mão invisível’ fará com que centros mais importantes sejam hierarquicamente superiores”. Ao contestar um modo de análise que despreza a intervenção do Estado – que estaria fora do âmbito da concorrência de mercado –, o mesmo autor argumenta que a hierarquia espacial seria uma resultante e não uma causa (como colocado na teoria dos lugares centrais). De forma similar, Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 27) qualificam a teoria dos lugares centrais “na melhor das hipóteses uma descrição, mas não uma explicação, da estrutura espacial da economia”³⁹.

3.4.A Teoria da Localização e Economia Espacial de Isard

É curioso notar que até a publicação de “*Location and Space Economy*” em 1956 pelo economista norte-americano Walter Isard, toda a produção no âmbito das teorias da localização havia sido publicada em alemão, e as traduções em inglês simplesmente não existiam. Krugman (1998, p. 41) assinala que esta seria uma barreira para sua incorporação ao *mainstream* da tradição anglo-saxônica e Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 25) destacam

³⁴ “*Threshold value*”.

³⁵ “*The range of a good*”.

³⁶ Silva (1976, p. 9).

³⁷ Cruz (2000, p. 55).

³⁸ “*A Ordem Espacial da Economia*”. Ao que parece, a edição em língua inglesa de 1954 teria sido intitulada “*The economics of location*”.

³⁹ Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 27, tradução livre).

que esta produção somente se tornou disponível para o “o mundo que fala inglês”⁴⁰ através do trabalho seminal de Walter Isard (1956).

Ao propor uma espécie de síntese em língua inglesa das teorias da escola clássica da localização, Isard, percebendo a necessidade de incorporação de novas disciplinas à análise, termina propondo uma linha de pensamento que se convencionou chamar de “*Regional Science*”. Uma vez constituída, diversos autores dedicaram-se a tentativas de confrontar aquilo que poderia ter sido previsto através destas teorias e a propor novos fatores de localização objetivando aumentar o seu grau de “adequação” à realidade. Este é, por exemplo, o objetivo do livro de Motta (1960), que define cinco fatores de orientação industrial: i) orientação para as matérias-primas; ii) orientação para o mercado; iii) orientação para a mão-de-obra; iv) orientação para a energia; e v) orientação não especificamente definida. Também Azzoni (1982) busca evidências empíricas da teoria da localização e procura destacar que, embora o processo não seja tão “racional” quanto se poderia supor à luz destas teorias, os fatores clássicos de localização não podem ser descartados na compreensão nas decisões empresariais. Por outro lado, Diniz (2000, p. 5) ressalta que o tratamento pioneiro dado por Weber à questão da aglomeração no âmbito das teorias clássicas da localização seria “relativamente negligenciado” pela “*Regional Science*” de Isard.

4. Teorias de Desenvolvimento Regional com Ênfase nos Fatores de Aglomeração

A partir dos anos 50 começam a ser desenvolvidas teorias de desenvolvimento regional que passam a enfatizar algum tipo de mecanismo dinâmico de auto-reforço resultantes de externalidades decorrentes da aglomeração industrial. De acordo com Amaral Filho (1999, p. 3) teorias com estas características passariam a rivalizar com as teorias clássicas da localização que, conforme se viu, tendiam a desprezar estes efeitos⁴¹.

É difícil obter um registro definitivo a respeito do primeiro autor que teria explicitado a questão da aglomeração de atividades como um fator de localização de novas atividades e, portanto, de crescimento. Em que pese esta dificuldade, a maioria dos autores tende a mencionar as idéias de Alfred Marshall (1842-1924) como tendo sido pioneiras nestes aspectos. A este respeito, Krugman (1998, p. 49-50) afirma que “a idéia de que a aglomeração de produtores numa localização em particular traz vantagens, e que estas vantagens, por sua vez, explicam a aglomeração, é antiga. Eu não sei quem primeiro a explicitou, mas o economista que mais fez por ela foi ninguém menos do que Alfred Marshall”⁴².

Essencialmente, Marshall (1890) trata, além dos ganhos de escala internos à firma, a questão das externalidades, conforme demonstra o trecho a seguir, extraído de Marshall (1890, p. 229):

“Muitas das economias na utilização de mão-de-obra e maquinaria especializada não dependem do tamanho das fábricas individuais. Algumas dependem do mesmo gênero de fábricas na vizinhança; enquanto outras, especialmente relacionadas com o adiantamento da ciência e o progresso das artes, dependem principalmente do volume global de produção em todo o mundo civilizado”.

⁴⁰ “*English-speaking world*”.

⁴¹ Embora não se possa afirmar que as Teorias Clássicas da Localização tivessem simplesmente desprezado os fatores de aglomeração, haja vista as observações de Weber (1909) a este respeito.

⁴² Krugman (1998, p. 49-50, tradução livre). Vale notar que Krugman (1998) emprega a palavra “*clustering*”, aqui traduzida como “aglomeração”.

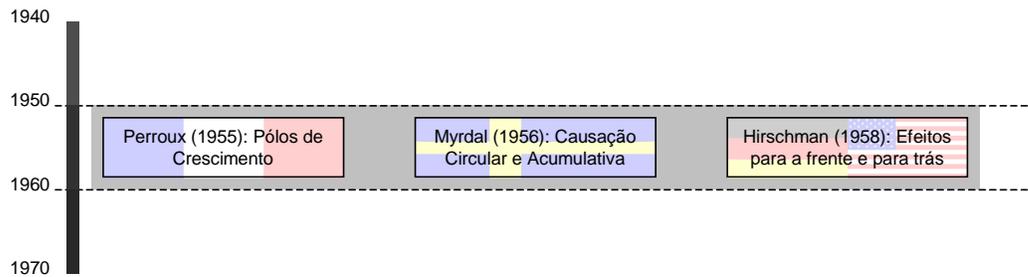
Portanto, ao tratar a questão, Marshall (1890) levou em consideração, conforme assinala Krugman (1998, p. 50), duas externalidades pecuniárias e uma externalidade tecnológica listadas abaixo:

- A possibilidade oferecida por um grande mercado local de viabilizar a existência de fornecedores de insumos com eficiência de escala;
- As vantagens decorrentes de uma oferta abundante de mão-de-obra; e
- A troca de informações que ocorre quando empresas do mesmo setor aglomeram-se.

Souza (1998, p. 41) assinala, entretanto, que “limitadas pelos pressupostos do paradigma da concorrência perfeita, as idéias de Marshall sobre organização industrial, apesar de muito instigantes e pertinentes quando o horizonte de análise é o curto prazo, mostram-se completamente descoladas do real quando a unidade de tempo é o longo prazo”.

Sobretudo a partir da década de 1950, diversos autores dedicaram-se a tentar compreender o fenômeno do crescimento regional utilizando conceitos de alguma forma relacionados à questão da aglomeração⁴³. Em que pese o relevante papel desempenhado pela aglomeração nos “pólos de crescimento” de Perroux (1955), na “causação circular e acumulativa” de Myrdal (1957) e nos “efeitos para trás e para a frente” de Hirschman (1958), por exemplo, é curioso observar que estes autores não foram, ao menos do ponto de vista formal, diretamente influenciados pelo trabalho de Marshall (1890), tendo sido muito mais presentes e facilmente identificáveis as influências exercidas por Keynes e por Schumpeter, este último sobretudo no caso de Perroux (1955). Daí decorrem, na Figura 1, as setas contínuas ligando Schumpeter e Keynes e a seta pontilhada ligando Marshall às teorias que aqui se convencionou chamar de “teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração”⁴⁴, cujos principais autores estão destacados na Figura 5 a seguir:

Figura 5: Teorias de Desenvolvimento Regional com Ênfase nos Fatores de Aglomeração



Fonte: Elaboração própria.

As subseções seguintes apresentam, com maior grau de detalhe, as principais idéias destes autores a respeito do desenvolvimento regional.

4.1. Os Pólos de Crescimento de Perroux

Embora os fatores de aglomeração de inspiração marshalliana desempenhem um importante papel na elaboração do conceito de pólo de crescimento proposto pelo economista francês

⁴³ Embora Krugman (1998, p. 26), por exemplo, ao citar produções teóricas com abordagens similares já na década de vinte, assinala que os livros aqui mencionados de Myrdal (1957) e Hirschman (1958) “*mark the end, not the beginning, of high development theory*”.

⁴⁴ Rolim (s.d.), para um conjunto similar de produção teórica, prefere a denominação “eixo do crescimento e desenvolvimento regional”.

François Perroux (1903 – 1987), é sem dúvida de natureza schumpeteriana sua principal influência nesta questão. Com efeito, a crítica de Perroux ao “fluxo circular da vida econômica enquanto condicionado por circunstâncias dadas”⁴⁵ de inspiração walrasiana⁴⁶ é visivelmente influenciada pela crítica apresentada por Schumpeter (1911)⁴⁷. A formulação da crítica ao equilíbrio geral walrasiano teria levado Perroux (1955, p. 146) a afirmar que “nenhum crescimento observável de uma economia exprime-se pelo modelo que se acaba de caracterizar”.

Partindo das proposições apresentadas por Schumpeter (1911) a respeito do papel desempenhado pelas inovações na dinâmica capitalista⁴⁸, Perroux propõe-se a explorar as relações que se estabeleceriam entre indústrias que ele denominou motrizes – que têm a propriedade de aumentar as vendas e as compras de serviços de outras – e movidas – que têm suas vendas aumentadas em função das indústrias motrizes –, argumentando que o crescimento não ocorreria de forma homogênea no espaço, mas “manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”⁴⁹. Desta forma, Perroux argumenta que a indústria motriz, além de aportar sua contribuição própria ao crescimento global do produto, também induz em seu ambiente um crescimento que pode ser atribuído às relações que estabelece com as indústrias movidas. Perroux (1955, p. 154) procura demonstrar então que os pólos industriais complexos seriam capazes de modificar o seu “meio geográfico imediato” e mesmo “a estrutura inteira da economia nacional em que estiver situado”, uma vez que nos pólos onde se verificam aglomerações industriais e urbanas “registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas” devidos ao surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas.

Quando se soma aos argumentos apresentados no parágrafo anterior a constatação de que Perroux (1955, p. 152) admite que o aumento das vendas das indústrias motrizes (e, portanto, o estabelecimento dos pólos de crescimento) pode, inclusive, resultar de “um estímulo do Estado sob forma de subvenção, por exemplo, no caso de haver hesitação ou lentidão por parte das indústrias motrizes”, estão dadas as condições para a reconstituição de uma grande parte das políticas de desenvolvimento local implementadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento a partir da década de 1950, contenham elas ou não referências diretas às idéias de Perroux. Conforme assinala Miyoshi (1997), pelo menos 28 países chegaram a implementar ou discutir seriamente estratégias de desenvolvimento regional baseadas nos pólos de crescimento de Perroux. Entre esses países estão incluídos os EUA, a França, a Itália, a Rússia – então URSS – e o Brasil. Richardson e Richardson (1974, p. 163, apud Miyoshi,

⁴⁵ A expressão intitula o primeiro capítulo da “Teoria do Desenvolvimento Econômico” de Schumpeter (1911) e é atribuída por este autor a Phillipovitch.

⁴⁶ Isso não quer dizer que se possa desprezar a influência exercida pelo próprio Walras sobre Perroux. Conforme salienta o History of Economic Thought Website, “like Walras, he was a Cartesian in method, a socialist in sentiment and an evolutionist in vision” (History of Economic Thought Website, 2001).

⁴⁷ Cabe notar que Perroux foi o responsável pela introdução à versão francesa da “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, tendo escrito, com esta finalidade, “*La pensée économique de Joseph Schumpeter*” (Perroux, François. *La pensée économique de Joseph Schumpeter*. In: _____. Introdução à versão francesa de *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*. Dalloz, 1935).

⁴⁸ Convém ressaltar que Perroux (1955, p. 151) estende sua análise para além das proposições originais de Schumpeter (1911) ao considerar, ao lado dos empresários privados (que seriam, sob o seu ponto de vista, o foco da análise de Schumpeter), os “poderes públicos e suas iniciativas [...] bem como as pequenas inovações de adaptação” (Perroux, 1955, p. 151). Sem a pretensão de discutir aqui se estes aspectos estariam ou não contemplados na “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, a observação é válida pela ênfase dada por Perroux ao papel do governo e das inovações incrementais no desenvolvimento econômico.

⁴⁹ Perroux (1955, p. 146).

1997) chegam a afirmar que, no início dos anos 70, “a confiança na análise de pólos de desenvolvimento foi uma característica dominante do planejamento regional operacional tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento”.

Em que pese o fato de terem subsidiado a formulação de políticas de desenvolvimento regional em países desenvolvidos e em desenvolvimento até pelo menos o início dos anos 70, os pólos de crescimento de Perroux passaram a ser severamente criticados já naquela época. De um modo geral, as críticas baseavam-se no fato de que as experiências de desenvolvimento regional fundamentadas nesse conceito haviam, em sua maioria, falhado, pois as indústrias motrizes implantadas não teriam sido capazes de difundir inovações tecnológicas para as indústrias movidas, tendo sido gerada, em contrapartida, uma maior concentração regional das atividades econômicas nos países que a adotaram. Cruz (2000, p. 57) afirma que vários estudos (sem, entretanto, citá-los) atestariam resultados decepcionantes do ponto de vista empírico que teriam sido logrados com a adoção de políticas de desenvolvimento industrial e regional baseadas nos pólos de crescimento. Com relação a estas críticas, o próprio Perroux (1988, apud Miyoshi, 1997), num trabalho que teria sido publicado postumamente, chegou a defender-se ao levantar a seguinte questão: “sabe-se de algum exemplo, em qualquer lugar do planeta, de crescimento e desenvolvimento onde estes processos ocorreram sem a presença e os efeitos de centros de desenvolvimento territorializados ou não?”. A questão, entretanto, transcende a simples discussão a respeito dos resultados empíricos da implementação de políticas regionais baseadas nos pólos de crescimento, uma vez que é virtualmente impossível isolar os seus efeitos de outras variáveis e que não parece haver uma unidade metodológica nos conceitos empregados⁵⁰. Uma explicação talvez mais simples e lógica do declínio dos pólos de crescimento é aquela que leva em conta o fato de que estes teriam sido concebidos num ambiente onde a lógica de produção tinha uma base essencialmente fordista. As transformações que começam a ser percebidas já na década de 1970 implicariam, portanto, uma impossibilidade de aplicação direta de conceitos formulados para um outro ambiente. Conforme afirma Storper (1994, p. 25), “por volta do início dos anos 70 dissolveram-se, no essencial, as condições que haviam permitido a muitos dos estados nacionais dos países em desenvolvimento se engajar no planejamento econômico nacional, com sua variante regional de pólos de crescimento”. Além das questões levantadas a respeito do desempenho das políticas regionais baseadas nos pólos de crescimento, modernamente critica-se também o baixo nível de formalismo das teorias apresentadas por Perroux⁵¹.

4.2.A Causação Circular e Acumulativa de Myrdal

Embora a natureza circular do problema do crescimento nos países menos desenvolvidos não seja estranha aos economistas pelo menos desde a década de 1920⁵², o conceito de “causação circular e acumulativa” é freqüentemente atribuído ao sueco Gunnar Myrdal (1898 – 1987), que o discutiu no seu “*Economic Theory and Underdeveloped Regions*”⁵³, publicado em 1957. Adotando inclusive uma abordagem subnacional, Myrdal (1957) sustenta, com base em argumentos que vão de referências a Nurkse e a um trabalho desenvolvido pelo Myrdal sobre a questão do negro nos Estados Unidos até referências ao folclore popular e à Bíblia, que

⁵⁰ Miyoshi (1997) cita cinco diferentes conceitos usados na literatura para definir os pólos de crescimento, demonstrando a grande dificuldade que haveria se se desejasse analisar apenas aqueles correspondentes às idéias originais de Perroux.

⁵¹ A este respeito, ver Krugman (1998).

⁵² Krugman (1998, p. 26) assinala que as idéias de causação circular já teriam sido essencialmente tratadas por Young (1928).

⁵³ “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas”.

haveria uma inter-relação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento. A hipótese da causação circular e acumulativa proposta por Myrdal (1957, p. 39) teria “validade em todo o campo das relações sociais”. Quando se consideram os efeitos do processo de causação circular e acumulativa como explicativos não apenas da heterogeneidade observada no desenvolvimento de países mas também das desigualdades regionais dentro de um país. Myrdal (1957, p. 42) argumenta que “o jogo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade”, o que o coloca na contramão das teorias neoclássicas, de acordo com as quais haveria um processo natural de convergência de renda inter-regional nos países. É com base nesta constatação que Myrdal (1957) defende a intervenção do Estado para conter as forças de mercado, que, de outra forma, tenderiam a acentuar os níveis de desigualdade regional.

Convém observar que Myrdal (1957, p. 35) faz referência a fatores de natureza não-econômica, tais como a qualidade dos fatores de produção e a eficiência da produção como determinantes do desenvolvimento. Assim, quando Myrdal (1957, p. 43) refere-se à qualificação da mão-de-obra (ou nas suas palavras, “a população obreira treinada nos vários ofícios”), à comunicação, à consciência de crescimento e vizinhança e ao espírito empreendedor, termina por fim lidando com fatores que somente muito mais tarde ganhariam destaque na produção teórica em economia regional.

4.3. Os efeitos para frente e para trás de Hirschman

Algumas vezes citado como um “*maverick economist*”⁵⁴, Albert Hirschman, nascido na Alemanha, publicou, em 1958, “*The Strategy of Economic Development*”⁵⁵, onde são apresentados alguns argumentos sobre a questão do desenvolvimento regional.

Adotando uma linha de pensamento claramente identificada com as questões relativas à aglomeração, Hirschman (1958, p. 18) argumenta que “os recursos e circunstâncias cuja existência se demonstrava necessária ao desenvolvimento econômico não são nem escassos nem tão difíceis de obter desde que o desenvolvimento econômico primeiro se manifeste”. Desta forma, o desenvolvimento econômico seria embaraçado “por uma série de círculos viciosos entrelaçados”⁵⁶. Assim, ele propõe que se procurem “pressões e processos de incentivo que farão eclodir e mobilizar o maior número possível de recursos escassos, tais como capital e atividade empreendedora”⁵⁷, sendo este o argumento básico para sua defesa dos planos de desenvolvimento.

Nesta mesma publicação, Hirschman (1958, p. 23) adota uma visão explicitamente intervencionista, ao argumentar que os países retardatários são forçados a um processo menos espontâneo e mais refletido do que o ocorrido nos países onde este processo primeiramente se verificou. Convém ressaltar que neste ponto Hirschman (1958, p. 24) critica a visão dos pré-requisitos de Gerschenkron, segundo a qual, nos países atrasados, num dado momento, os benefícios de se vencer o atraso se tornam maiores do que os custos para vencê-lo. Atribuindo uma maior importância às funções de planejamento, Hirschman (1958, p. 24) afirma que esta visão levaria a pensar que o desenvolvimento ocorreria de forma mais ou menos espontânea nos países retardatários, visão com a qual não concorda.

⁵⁴ “Economista dissidente, com estilo próprio”, conforme aponta o *History of Economic Thought Website* (2001).

⁵⁵ “A Estratégia do Desenvolvimento Econômico”.

⁵⁶ Hirschman (1958).

⁵⁷ Hirschman (1958).

No contexto deste arcabouço teórico, Hirschman discute a questão regional usando os conceitos de efeitos para frente (*forward linkages*) e para trás (*backward linkages*). Krugman (1998, p. 17) assinala que ambos os conceitos (especialmente o de efeitos para trás) tratam da questão das economias de escala necessárias à viabilização de empreendimentos em regiões determinadas. Desta forma, os efeitos para trás são a forma encontrada por Hirschman (1958) para expressar as externalidades decorrentes da implantação de indústrias, que, ao aumentarem a demanda de insumos no setor a montante, viabilizariam suas escalas mínimas de produção na região determinada. Os efeitos para frente, por sua vez, resultariam da oferta de insumos, que tornaria viáveis os setores que se posicionassem a jusante. Embora a mediação do mercado neste processo esteja evidente, é importante destacar que, ao longo de toda “A Estratégia do Desenvolvimento Econômico”, Hirschman (1958) destaca também os aspectos não pecuniários destes efeitos. Isto fica evidente, por exemplo, quando Hirschman (1958, p. 27-34) procura explicações de natureza “antropológica” para o desenvolvimento ou quando, ao discutir Schumpeter e a questão do empreendedor, afirma que a capacidade empreendedora envolveria inclusive a capacidade de obter um acordo entre as partes interessadas⁵⁸.

5. Produção Recente em Economia Regional

Em que pese o fato de se tratar de um material bastante novo, o que dificulta a sua sistematização, pode-se afirmar que um traço comum à produção recente em economia regional parece ser a tentativa de incorporar os fenômenos de reestruturação produtiva e aceleração da divisão internacional do trabalho aos modelos que procuram captar as estratégias de localização do ponto de vista da firma e as estratégias de desenvolvimento regional. Além de se referir às duas correntes teóricas discutidas nas seções anteriores (muitas vezes, inclusive, criticando-as), a produção recente em economia regional compartilha ainda as seguintes características:

- Uma grande ênfase dada à questão das externalidades (inclusive tecnológicas), com referências explícitas ao trabalho de Marshall (1890), ao contrário das teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração discutidas na Seção 3 deste trabalho, onde a influência de Marshall (1890), na maioria dos casos, pode apenas ser inferida;
- Uma forte influência do pensamento de Schumpeter (1911 e 1942) e da corrente evolucionista neo-schumpeteriana, sobretudo nos esforços de compreensão dos impactos dos processos de inovação tecnológica e aprendizado no desenvolvimento regional;
- Uma ênfase nas relações não comerciais estabelecidas no âmbito das aglomerações, levando em conta aspectos de organização industrial e custos de transação;
- Uma forte característica interdisciplinar, daí possivelmente decorrendo o volume desproporcionalmente grande e variado de referências bibliográficas;

Além destas características, o esforço de proposição de modelos mais formais, embora não presente em todos os autores, pode também ser mencionado.

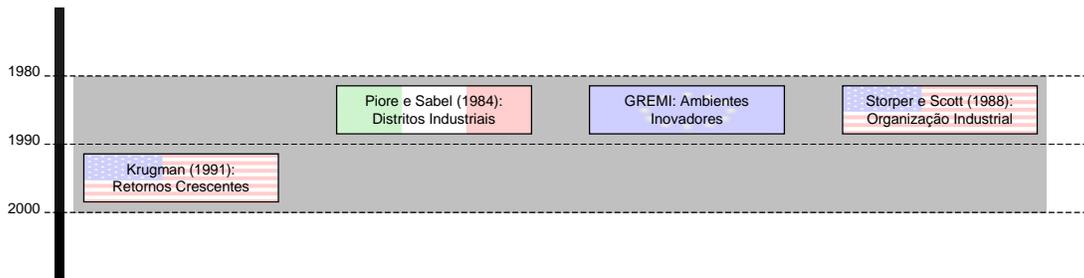
Selecionar os principais autores e correntes de pensamento de uma produção teórica que está sendo escrita praticamente ao mesmo tempo em que se procura fazer este esforço de sistematização só pode ser uma tarefa prospectiva. Apesar desta restrição, alguns autores propuseram-se a realizar este trabalho, tendo chegado aos seguintes resultados:

⁵⁸ Hirschman (1958, p. 36).

- Storper (1997, apud Diniz, 2000, p. 8) propõe três linhas de pensamento dominantes: i) a especialização flexível e os distritos industriais, que retomam o conceito de distrito marshalliano e incorporam evidências empíricas observadas sobretudo na região da “terceira Itália”; ii) a escola da organização industrial e dos custos de transação, cujos principais autores são aqueles ligados ao “Grupo da Califórnia”; e iii) a linha que privilegia o papel da inovação no desenvolvimento regional influenciada pela corrente neoschumpeteriana, que inclui também a abordagens dos “ambientes inovadores”;
- Amaral Filho (1999, p. 8 e seguintes) identifica três novas estratégias de desenvolvimento regional ou local: i) distritos industriais; ii) ambientes inovadores; e iii) clusters, que são apresentados como uma espécie de “síntese” dos dois conceitos anteriores;
- Boisier (s.d.), propondo-se a identificar a linguagem emergente em desenvolvimento territorial, discute treze novos conceitos, entre os quais os de “*learning regions*”, aprendizagem coletiva, ambientes inovadores, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno (estes dois últimos com um tratamento mais detalhado), clusters.

Optou-se aqui por examinar a produção dos autores indicados na Figura 6 abaixo. É claro que estes autores são de alguma forma influenciados pelas “teorias clássicas da localização” e, sobretudo, pelas “teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração” (daí as setas contínuas ligando-as à produção recente em economia regional na Figura 1), mas é importante destacar ainda as influências de Marshall (1890) e Schumpeter (1911 e 1942)⁵⁹ sobre os autores desta corrente.

Figura 6: Produção Recente em Economia Regional



Fonte: Elaboração própria.

5.1. Os Distritos Industriais

De todas correntes teóricas incluídas na produção recente em economia regional, a discussão sobre “distritos industriais” é aquela na qual a influência de Marshall é mais claramente identificável. De acordo com Pike, Becattini e Sengenberger (1990, apud Amaral Filho, 1999, p. 10), os distritos industriais podem ser definidos como sistemas produtivos locais caracterizados por um grande número de firmas que são envolvidas em vários estágios e em várias vias na produção de um bem homogêneo, aproximando-se, assim, do conceito que ficou conhecido como distrito marshalliano. Entre as várias características que se poderiam apontar na descrição dos distritos industriais – muitas delas sujeitas a controvérsias – é a existência de relações não pecuniárias entre empresas do mesmo setor aquela que se destaca. Assim, a maior parte dos autores que se dedicam à questão procuram nos aspectos históricos e sociais a explicação para as sinergias observadas entre as empresas destes distritos, embora os *spillovers* tecnológicos não pareçam constituir-se no ponto central de sua análise. O grande

⁵⁹ Com relação a Schumpeter (1911 e 1942), pode-se afirmar que sua influência sobre a produção recente em economia regional foi intermediada pelos autores da chamada corrente evolucionista, que aportaram contribuições originais ao pensamento dos autores incluídos neste bloco.

mérito dos textos que tratam de distritos industriais (ou de conceitos que dele se aproximam, como “sistemas industriais localizados”) é a sua capacidade de reinterpretar os modelos de distritos que se baseavam no modo de produção fordista incorporando conceitos de produção flexível na sua formulação.

Uma parte significativa da literatura sobre o tema dedica-se à análise do desempenho de regiões cujas taxas de crescimento de emprego e renda mantiveram-se, de forma sustentável no tempo, acima das taxas médias nacionais. Este é caso de algumas regiões da Itália que caracterizam a chamada “vertente italiana” dos distritos marshallianos.

Markusen (1995) procura ampliar a discussão sobre distritos industriais ao propor uma tipologia que, além dos distritos marshallianos e de sua vertente italiana, inclui também distritos centro-radiais (isto é, aqueles que se desenvolvem em torno de uma espécie de empresa que desempenharia o papel de âncora), os distritos plataforma satélite (que resultam da aglutinação num espaço geográfico determinado de empresas cujos centros de decisão são mantidos nas suas regiões de origem) e distritos suportados pelo Estado.

5.2. Os Ambientes Inovadores

O conceito de “ambientes inovadores” tem o seu desenvolvimento estreitamente atrelado ao *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs (GREMI)*⁶⁰ do qual fazem parte, conforme assinala Boisier (s.d., p. 5) e Amaral Filho (1999, p. 10), autores franceses, italianos e suíços como Aydalot, Camagni, Maillat, Perrin, Crevoisier e outros⁶¹. De uma forma geral, estes autores preocupam-se com as externalidades de natureza tecnológica que decorreriam dos vínculos de cooperação e interdependência estabelecidos entre as empresas através da formação de redes de inovação. Por esta razão, pode-se afirmar, a exemplo do que fez Amaral Filho (1999, p. 11), que na abordagem dos autores ligados a esta corrente as inovações desempenham não apenas um papel determinante, mas também gozam de maior autonomia em relação à formulação presente na discussão sobre os distritos industriais e sua vertente italiana.

Maillat (1995, apud Boisier, s.d., p. 5) define os ambientes inovadores como operadores coletivos que reduzem “os graus estáticos e dinâmicos de incerteza que enfrentam as firmas locais mediante a organização tácita e explícita de interdependência funcional entre atores locais, realizando informalmente as atividades de pesquisa, transmissão, seleção, decodificação, transformação e controle da informação”⁶². Desta forma, a mobilidade de empregados e a interação entre os fornecedores desempenham um importante papel na difusão da inovação.

Fica evidente a preocupação desta abordagem em dar conta dos processos de desintegração vertical que, ao facultar a manutenção dos núcleos estratégicos das empresas em regiões distintas daquelas dedicadas à produção, impediu, em algumas experiências de implantação de “pólos de crescimento”, que o desenvolvimento pudesse ser assimilado de forma endógena nas regiões onde se instalaram “indústrias motrizes”. Em que pese este esforço, Storper (1995, apud Diniz e Gonçalves, 2000, p. 3) afirma que o GREMI não foi “capaz de identificar a lógica econômica pela qual o meio promove a inovação”, uma vez que a inovação ocorreria em função do ambiente inovador, e este somente existiria em regiões onde houvesse inovação.

⁶⁰ Grupo Europeu de Pesquisa sobre os Ambientes Inovadores.

⁶¹ Amaral Filho (1999, p. 10) assinala que vários autores que se dedicaram ao estudo dos distritos industriais participam também da agenda de pesquisa do GREMI.

⁶² Tradução livre da citação em espanhol disponível em Boisier (s.d., p. 5).

5.3. Organização Industrial

Estreitamente vinculada aos trabalhos desenvolvidos pelo chamado “Grupo da Califórnia”⁶³, esta abordagem privilegia a corrente teórica da organização industrial e do mercado de trabalho local na compreensão dos fenômenos associados ao desenvolvimento regional⁶⁴. Apoiados no conceito de “janelas de oportunidades” formulado pela corrente neoschumpettriana, os autores deste grupo assinalam que a competição e o processo de inovação abrem “janelas locais” para as regiões. Buscando identificar os componentes principais das especificidades que garantiam o sucesso na promoção do desenvolvimento endógeno, Storper (1994, p. 26) assinala a existências de dois tipos de externalidades:

- Externalidades *Hard*, que correspondem àquelas relativas à tecnologia de produção e às relações insumo-produto;
- Externalidades *Soft*, que contemplam as interdependências não-comerciais da economia local.

Os “ativos relacionais” presentes nas externalidades *soft* propostas por Storper (1994) não parecem ser essencialmente diferentes daqueles apresentados na análise dos Distritos Industriais (Seção 5.1). As externalidades *hard*, por sua vez, são aquelas que receberam ênfase nas proposições de autores como Perroux (1955). A análise proposta por Storper (1994), entretanto, propõe-se a ir mais além ao considerar o aspecto dinâmico destes dois tipos de especificidades. Embora apresentem análises que se propõem mais abrangentes, os autores que se podem associar à corrente aqui denominada de Organização Industrial não parecem ter ainda conseguido obter sucesso na proposição de uma agenda que pudesse dar apoio à formulação de políticas de desenvolvimento regional. Nas palavras do próprio Storper (1994, p. 59), “a agenda proposta aqui pode soar utópica, senão impossível”. A dificuldade que os autores vinculados a esta corrente têm pela frente não é pequena: ao atribuírem aos “ativos relacionais” um papel-chave na promoção do desenvolvimento endógeno, os autores não conseguem ultrapassar a barreira da descrição de experiências bem e mal-sucedidas, isto é, não conseguem propor ações de políticas públicas que possam atuar sobre as externalidades *soft* de modo a utilizá-las como um instrumento de promoção do desenvolvimento.

5.4. Os “Retornos Crescentes Formalizados” de Krugman

Assumindo os riscos de uma excessiva simplificação, pode-se afirmar que as principais críticas de Krugman (1998) e Fugita, Krugman e Venables (2000) às teorias discutidas nas Seções 3 e 4 deste trabalho podem ser resumidas da seguinte forma:

- Embora elogiando o seu grau de formalização, Krugman (1998, p. 41) argumenta que as teorias clássicas da localização⁶⁵, por não lidarem com a questão da estrutura de mercado e dos retornos crescentes, terminam não contemplando o verdadeiro *trade off* que existiria entre a aglomeração e a dispersão de atividades econômicas. Como os autores das teorias clássicas da localização apóiam-se na premissa de concorrência perfeita, haveria então uma contradição nos seus modelos, pois na ausência de ganhos de escala os custos de transporte tenderiam a disseminar as atividades ao longo de todo o espaço;

⁶³ Cujos autores e referências mais frequentemente citados são Allan Scott e Michael Storper.

⁶⁴ Ver Diniz e Gonçalves (2000, p. 2).

⁶⁵ A bem da verdade, esta crítica dirige-se à “geometria germânica” e dela deve ser excluído, portanto, von Thünen.

- Com relação às teorias do desenvolvimento e à geografia econômica a elas associada, Krugman (1998, p. 6) argumenta que “a inabilidade de seus autores em expressar suas idéias de forma adequada às técnicas de modelagens disponíveis na época”⁶⁶ as impediu de serem definitivamente incorporadas ao *mainstream* do pensamento econômico. A despeito deste fato, Krugman (1998, p. 17) vê naquilo que ele chama de teorias do desenvolvimento de cerca de 1958 as economias de escala como um conceito central, não apenas no nível de uma planta individualmente, mas também no nível agregado.

A incorporação dos retornos crescentes nos modelos formais dedicados à compreensão dos fenômenos espaciais é, na visão dos autores ligados a esta corrente, essencial para que se possa evitar a tautologia apontada por um físico que, após ouvir uma exposição sobre o assunto, concluiu que “então o que estão nos dizendo é que as aglomerações se formam por causa das economias de aglomeração”⁶⁷. Desta forma, os autores que se alinham a esta corrente de pensamento procuram compreender o desenvolvimento regional levando em consideração os fatores de aglomeração sem, entretanto, desprezar a modelagem matemática tão cara às suas correntes de origem.

6. Conclusão

O presente trabalho procurou apresentar uma proposta de sistematização da produção teórica em economia regional e áreas afins em três grandes blocos: o conjunto de teorias clássicas da localização, as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração e a produção recente na qual podem ser observados esforços para a incorporação de modelos e abordagens que possam dar conta dos novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível e dos movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica.

À medida que se examinava a produção teórica dos autores que se dedicaram ao tema, pode-se notar que, ao longo do tempo, as visões quanto aos níveis de interações entre firmas individuais vão se tornando cada vez mais complexas. Desta forma, enquanto nas teorias clássicas da localização procurava-se, essencialmente compreender as decisões quanto à localização do ponto de vista de empresas individuais, as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração começam a perceber o papel das externalidades advindas da coexistência, numa mesma região, de um certo número de empresas. Esta abordagem privilegia, entretanto, as relações mediadas pelo mercado que se estabelecem entre as empresas ao longo da cadeia de produção. As abordagens mais recentes procuram tratar as relações entre empresas numa perspectiva ainda mais abrangente, considerando não apenas as relações puramente mercantis mas também aquelas sociais e tecnológicas que se estabelecem entre empresas situadas num mesmo espaço geográfico e entre as empresas e a comunidade local. É evidente que esta tendência à incorporação de níveis de interação cada vez mais intensos ao longo do tempo deve ser empregada com uma certa cautela por se tratar de uma proposição de caráter geral. Mesmo ao longo do presente trabalho, que jamais se propôs a apresentar uma análise exaustiva, ficou evidente que já nas teorias clássicas da localização tratava-se da questão da aglomeração (conforme evidenciado na Seção 3.2). Não há como negar, além disso, que autores incluídos na seção dedicada às teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, tais como Myrdal e Hirschman, já em 1957 e 1958 tratavam de fatores que vão muito além de relações estritamente mercantis entre empresas como benefícios advindos da aglomeração.

⁶⁶ Krugman (1995, p. 6).

⁶⁷ Fugita, Krugman e Venables (2000, p. 5).

Por fim, é interessante observar que a análise da produção em economia regional aqui apresentada enseja uma reflexão sobre as possíveis agendas que se poderiam propor para promover o desenvolvimento de espaços subnacionais. É claro que, do ponto de vista acadêmico, deseja-se compreender, indutiva ou dedutivamente, o porquê da heterogeneidade dos níveis de bem-estar entre diferentes regiões, empregando-se, inclusive, métodos que procuram focar decisões de agentes individuais. Entretanto, a própria produção acadêmica parece convergir para o suporte à tomada de decisão, seja do ponto de vista da firma – no caso específico, na determinação da localização considerada ideal pelo empresário – seja do ponto de vista daqueles que se preocupam com a formulação de políticas que visem promover a elevação do bem-estar de regiões determinadas através do desenvolvimento econômico. Nesta perspectiva, as teorias clássicas da localização podem ser apontadas como aquelas que estariam mais voltadas para o suporte à decisão do ponto de vista da firma; já teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração parecem ter sido historicamente mais caras àqueles que se dedicaram ao planejamento econômico. Ainda assim, não parece lícito afirmar que as teorias do primeiro bloco possam ter sido negligenciadas na formulação de políticas de desenvolvimento regional, na medida em que, ao compreender os fatores que levariam os empresários a optarem por uma localização determinada, o planejamento regional poderia atuar sobre estes fatores, estimulando, portanto, a implantação de novas unidades de produção nas regiões em foco. Este é o caso, por exemplo, de ações de políticas públicas voltadas para a melhoria da infra-estrutura física, procurando tornar viáveis, do ponto de vista econômico, empreendimentos que sem ela não o seriam. Por outro lado, seria ingênuo acreditar que as decisões tomadas pelos empresários são motivadas apenas por uma análise quantitativa de receitas e custos. Não apenas os benefícios advindos da aglomeração de empresas mas também sua própria relação com o governo e a sociedade parecem ser fatores atuantes nas decisões tomadas pelo “homem administrativo” (isto é, aquele que, ao contrário do homem econômico, não dispõe de plena informação e, portanto, busca a melhor solução num universo finito de soluções possíveis). Por tudo isso, não parece, ao final de uma análise que procurou abranger as diversas correntes de pensamento sobre o tema, haver uma contradição explícita entre as abordagens, mas sim uma espécie de complementaridade. Em suma, nem o trabalho dos formuladores de políticas públicas poderia prescindir dos elementos que norteiam as decisões do ponto de vista da firma, nem as decisões do ponto de vista da firma seriam as melhores se abstraíssem as estratégias locais de desenvolvimento.

No período mais recente, os esforços para a compreensão dos fatores que levam determinadas regiões a apresentarem indicadores econômicos e sociais mais elevados (sejam eles absolutos ou em termos de taxas de crescimento ao longo do tempo), levando em consideração os novos padrões de acumulação baseados na automação integrada flexível e os conseqüentes fenômenos de abertura comercial e desregulamentação econômica, não parecem formar ainda um corpo teórico coeso, a despeito das grandes similaridades entre as visões sobre distritos industriais, ambientes inovadores e organização industrial aqui apresentadas. Entretanto, é certo que, ao proporem um tratamento que vai além da decisão puramente microeconômica, incorporando não apenas as externalidades de natureza pecuniária mas também aos chamados “ativos relacionais”, tem-se a impressão que os requisitos necessários para a promoção do desenvolvimento de determinadas regiões constituiriam uma lista interminável, sendo praticamente impossível a uma única região reuni-los a um só tempo. Além disso, ressurte-se ainda da falta de análises que possam apontar de forma concreta os instrumentos que poderiam ser utilizados pelo setor público para a promoção do desenvolvimento. Em que pese a redefinição do seu papel no período recente, o Estado dispõe ainda de instrumentos de intervenção que vão da provisão de infra-estrutura à concessão de benefícios fiscais e

financeiros, e não parece haver ainda indicações claras quanto ao efetivo papel que poderia ser desempenhado por cada um destes instrumentos nos esforços para a promoção do desenvolvimento regional. Por esta razão, uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento econômico e social de espaços subnacionais terá que ser necessariamente individualizada, isto é, voltada para aquela região específica, não havendo uma estratégia única aplicável a todas as regiões.

7. Referências Bibliográficas

7.1. Referências Diretas

- AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional**. In: Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 7 a 10 dez. 1999, Belém/PA, **Anais...** Belém, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento: Uma Introdução à Economia Regional**. São Paulo: Editora Atlas, 5ª edição, 1987.
- AZZONI, Carlos Roberto. Teoria da Localização e Evidência Empírica. In: Anais do X Encontro Nacional de Economia – ANPEC, **Anais...**, 1982.
- BOISIER, Sergio. **El Lenguaje Emergente en Desarrollo Territorial**. Documento preparado para sustentar uma exposição aos funcionários da Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Administrativo do Ministério do Interior do Chile. s.d.
- BRÖCKER, Johannes. **Regional Policy Lessons from New Theories of Growth and Location**. S.d. Disponível em http://www.inm.dk/expert/dok_13.htm. Acesso em 3 mar. 2001.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Global Editora, 1985.
- CRUZ, Rossini. Marcos Teóricos para a Reflexão sobre as Desigualdades Regionais: Uma Breve Revisão da Literatura. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, Ano II, Nº 3. Salvador: DCSA2/Unifacs, jan/2000.
- DINIZ, Clélio Campolina e GONÇALVES, Eduardo. Possibilidades e Tendências Locacionais da Indústria do Conhecimento no Brasil. In: Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 12 a 15 dez. 2000, Campinas/SP, **Anais...** Campinas, 2000.
- DINIZ, Clélio Campolina. Global-Local: Interdependência e Desigualdades ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil. In: CASSIOLATO, José Eduardo e LASTRES, Helena Maria Martins (orgs.). **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, jul. 2000.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. Espaço, Regiões e Economia Regional. In Haddad, Paulo Roberto (org.). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza, BNB. Etene, 1989. 694 p.
- _____. As Teorias da Localização e a Organização Espacial da Economia. In Haddad, Paulo Roberto (org.). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza, BNB. Etene, 1989. 694 p.
- FUGITA, Masahisa, KRUGMAN, Paul e VENABLES, Anthony J. **The Spatial Economy: Cities, Regions, and International Trade**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2ª printing, 2000.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. (Primeira edição: 1958).

- HISTORY OF ECONOMIC THOUGHT WEBSITE. Disponível em <http://cepa.newschool.edu/het/index.htm>. Acesso em 4 out. 2001.
- KRUGMAN, Paul. **A Dynamic Spatial Model** (Working Paper N. 4219). Cambridge: National, Bureau of Economic Research, nov./1992.
- KRUGMAN, Paul. **Development, Geography, and Economic Theory** (The Ohlin Lectures; 6). Massachusetts: MIT Press, 4^o ed., 1998. (Primeira edição: 1995).
- MARKUSEN, Ann. Área de Atração de Investimentos em Espaço Econômico Cambiante: uma Tipologia de Distrito Industriais. Belo Horizonte: **Nova Economia**, v. 5, n. 2, dez/1995.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas; Primeira edição: 1890).
- MIYOSHI, Takahiro. **Successes and Failures associated with the Growth Pole Strategies**. Manchester: University of Manchester, 1997.
- MOTTA, F. O. **Manual de Localização Industrial: Uma Tentativa de Adequação da Teoria à Realidade**. Recife: BNB/ETENE, 1960.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: UFMG Biblioteca Universitária, 1960. [Primeira edição: 1957].
- NASSER, Bianca. Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 7, N. 14, P. 145-178, dez./2000.
- PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Desenvolvimento. In Schwartzman, J. (org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. (Primeira edição: *Note sur la notion de pôle de croissance*, 1955).
- ROLIM, Cássio. **Reestruturação Produtiva, Mundialização e Novas Territorialidades: Um Novo Programa para os Cursos de Economia Regional e Urbana**. Curitiba: Texto para discussão n° 05. CMDE, UFPR, 1999. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/rolim2.exe>. Acesso em 4 ou. 2001.
- SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Melo e. Teorias da Localização e de Desenvolvimento Regional. **Geografia**, 1(2): 1-23, Rio Claro (SP), out./1976.
- SOUZA, Elizabeth Regina Loiola da Cruz e. **Comportamento Estratégico: Agroindústria, Competitividade e Desenvolvimento Regional**. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Tese de Doutorado), 1998.
- STORPER, Michael. Regional 'Worlds' of Production: Learning and Innovation in the Technology Districts of France, Italy and the USA. **Regional Studies**, Vol. 27.5, p. 433-455, 1993.
- STORPER, Michael. Desenvolvimento Territorial na Economia Global do Aprendizado: O Desafio dos Países em Desenvolvimento. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz e Santos Júnior, Orlando Alves dos (orgs.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise**. Rio de Janeiro: Ed, Civilização Brasileira, 1994, 432 p.

7.2.Referências Indiretas

- AYDALOT, Ph. **Economie Régionale et Urbaine**. Paris: Economica, 1985.
- BÖVENTER, E. von. Towards a United Theory of Statial Economic Structure. European Congress, Zürich, 1962. **Papers of Regional Science Association**, 10:163-168, 1963.
- CHRISTALLER, Walter. **Die zentralen Orte in Süddeutschland: Eine ökonomisch-geographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit stadischen Funktiionen**. Jena, Gustav Fischer Verlag, 1933.

- HIGGINS, Benjamin. The scope and objectives of planning for underdeveloped regions. *In: Regionalization*. Rio de Janeiro, APEC, 326: 37-62, jun. 1969.
- ISARD, Walter. **Location and Space Economy: A General Theory Relation to Industrial Location, Market Areas, Land Use Trade and Urban Structure**. Cambridge: MIT Press, 1956.
- LÖSCH, Auguste. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press, 1954. (Primeira edição: 1940).
- MAILLAT, Denis. Milieux Innovateurs et Dynamique Territoriale. In: Alain Rallet & André Torre (coord.) **Économie Industrielle et Économie Spatiale**, pp. 211-232, Paris: Economica, 1995.
- MARKUSEN, Ann. **Regions: The Economics and Politics of Territory**. Rowman & Littlefield, 1987.
- PERROUX, François. La pensée économique de Joseph Schumpeter. In: _____. Introdução à versão francesa de *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*. Dalloz, 1935.
- PIORE, M.J. e SABEL. C.F. **The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity**. New York: Basic Books, 1984.
- PYKE, F., BECATTINI, G. e SENGENBERGER, W. **Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.
- RICHARDSON, H. W. e RICHARDSON, M. The relevance of Growth Center Strategies to Latin America. **Economic Geography**, 51, p. 163-178, 1975.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 170 p. (Os Economistas; Primeira edição: 1911).
- _____. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. 534 p. (Primeira edição: 1942).
- SCOTT, Allen J. Flexible Production Systems and Regional Development: The Rise of New Industrial Spaces in North America and Western Europe. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 12, n.2, 1988.
- SCOTT, Allen J. e STORPER, Michael. **Production, Work, Territory** (The Geographical of Industrial Capitalism). Boston: Allen & Unwin, 1986.
- SCOTT, Allen J. e STORPER, Michael. Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento Regional: Uma Crítica e Reconstrução Teórica. **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, n. 25, ano VIII, 1988.
- STORPER, Michael. Regional Economies as Relational Assets. In: LEE, Roger e WILLS, Jane (ed.). **Geographies of Economies**. London: Arnold, 1997.
- STORPER, Michael. The resurgence of Regional Economies, Ten Years Later: The Region as a Nexus of Untraded Interdependencies. *European Urban and Regional Studies*, v. 2, n. 3, p. 191-221, 1995
- von THÜNEN, Johann Heinrich. **The Isolated State**. New York: Pergamon Press, 1966. (Primeira edição: 1826).
- WEBER, Alfred. **Theory of Location of Industries**, 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957. (Primeira edição: 1909).
- YOUNG, A.A. Increasing returns and economics progress. **The Economic Journal**, Vol.38, p. 527-542, 1928.